

A construção do novo com os Índios Xikrin

Isabelle Vidal Giannini

O exemplo dos Xikrin poderia ser adotado em inúmeras outras terras indígenas do Brasil, que continuam sendo ilegalmente exploradas por madeireiros, se os índios se organizassem para exigir dos órgãos governamentais o apoio técnico e financeiro necessário para viabilizá-lo. Poderia, também, ser seguido pela grande maioria das empresas madeireiras, que continuam explorando de forma predatória o mogno e outras espécies florestais ameaçadas de extinção. O novo Estatuto das Sociedades Indígenas, em discussão no Congresso, deverá regulamentar, com base na experiência dos Xikrin, a exploração sustentável de madeira em terras indígenas.

Instituto Socioambiental (ISA), 2000

Explorar qualquer recurso natural de forma sustentada ainda é novidade no Brasil: o conceito vem sendo mais debatido que implementado com resultados satisfatórios. A idéia de introduzir uma dinâmica própria de captação de recursos financeiros dentro de uma área indígena é tema recorrente no indigenismo comprometido com a autonomia dos índios em relação à política oficial de proteção e assistencialismo da FUNAI. É demanda dos índios e desafio para seus aliados.

Os Xikrin do Cateté assumiram o compromisso de escapar do modelo predatório regional, sobretudo do mogno, se recebessem apoio de instituições e pessoas em quem confiassem. Foi nesse contexto que

o ISA decidiu investir em um trabalho inédito, por conhecer os desafios da região do Pará em que se situa a terra dos Xikrin do Cateté, cercada pela área de exploração mineral da Companhia Vale do Rio Doce e encravada em um extenso cinturão de exploração madeireira ilegal que vai da região setentrional do Maranhão ao oeste meridional do Amazonas.

Apoiar a Associação Bep-Nói é, então, instruí-la sobre temas que também são discutidos no mundo não indígena: certificação madeireira, manejo socioambiental “adequado”, inventário florestal, mecanismos de mercado, instrumentos administrativos, estudos de viabilidade econômica, certificação de produtos etc. Trata-se, em suma, de orientar uma sociedade ágrafa, de maioria monolíngüe em língua Xikrin, a compreender o funcionamento de uma sociedade estruturada em um sistema administrativo e jurídico formalizado e controlado por mecanismos extemporâneos aos sistemas tradicionais indígenas.

O apoio somou-se a iniciativas relacionadas à implementação do Plano de Manejo de recursos naturais renováveis da área Xikrin. A interlocução constante com os Xikrin não apenas possibilitou seu envolvimento na busca de soluções para as demandas por atividades econômicas monetarizadas em suas terras, como também abriu-lhes a perspectiva de se tornarem atores ativos nesse novo cenário. Os Xikrin passaram a acompanhar todas as etapas de tramitação burocrática de aceitação do Plano de Manejo nas instâncias públicas e entenderam os procedimentos técnicos necessários para implementar o trabalho de exploração. Propostas concretas de ação junto aos Xikrin repercutem em programas de orientação, chamados de “formação”, direcionados para finalidades bem concretas, nas quais os índios têm possibilidade de opinar e interferir. Os Xikrin participaram ativamente dos inventários florestais, do zoneamento, do censo para aproveitamento de madeira, da busca de financiamento, do planejamento, das atividades extrativistas, das discussões sobre definições de áreas de subsistência e dos debates políticos e jurídicos que envolvem a gestão de seus recursos naturais.

O Projeto Xikrin configurou uma proposta inédita de intervenção e parceria junto à comunidade indígena. O Projeto “Apoio à Implementação do Manejo Socioambiental na Terra Xikrin do Cateté” é a primeira proposta de manejo florestal apresentada ao governo brasileiro por um grupo indígena a ser implementado em suas terras, e portanto vulnerável a todos os obstáculos e contradições inerentes a uma ação dessa natureza.

A execução e implementação do projeto de manejo florestal se transformou em infinitas “negociações” comerciais, financeiras,

políticas e administrativas. Assim, a proposta de trabalho do Instituto Socioambiental (ISA) pretendeu superar os fatores limitantes, de forma a garantir que o manejo socioambiental fosse de fato implantado.

Um projeto de intervenção social e ambiental

Durante certa época, os índios Xikrin eram considerados um povo extinto, embora continuassem, como há séculos, vivendo no meio das matas paraenses. Em 1952, buscaram contato com os regionais no posto Las Casas, próximo à vila de Conceição do Araguaia. Posteriormente, houve grande mortandade devido à gripe, à broncopneumonia e a outras doenças. Hoje, os Xikrin do Rio Cateté, habitantes do município de Parauapebas, estado do Pará, são 750 indivíduos, divididos em duas aldeias. Parte da população vive na aldeia mais antiga, denominada Putkarot, enquanto a outra habita, desde 1993, uma nova aldeia chamada Djudjê-Kô.

Com o fim do convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce¹ e a FUNAI para “assistir” os índios Xikrin do Cateté durante o período de 1982 a 1987 e a falência do órgão oficial, os Xikrin se viram desamparados. Logo a seguir, houve um processo de invasões de madeireiros na área indígena com repressão bastante agressiva por parte dos índios e solicitação de indenizações por danos ambientais por parte da FUNAI local. Os recursos obtidos com esse processo de invasão/indenização eram gerenciados pelo administrador de Marabá, que, dessa forma, deu continuidade ao modelo assistencial existente durante os anos de 1987 e 1988. Ao mesmo tempo, e a partir da Resolução 331/86 do Senado Federal de amparar as populações indígenas das proximidades da província Mineral de Carajás, foi discutido, no município de Paraua-

¹ O Banco Mundial, um dos financiadores do Projeto Ferro Carajás, condicionou a concessão de empréstimos a exigências extrafinanceiras, entre elas a aplicação de recursos (US\$ 13,600 milhões) para beneficiar as áreas indígenas localizadas na área de influência da ferrovia, em um prazo de cinco anos ou até o esgotamento dos recursos. O Banco Mundial recomenda expressamente a demarcação e garantia das terras e os programas de saúde, educação e desenvolvimento econômico. Em janeiro de 1982, a FUNAI elaborou, sem assessoria antropológica ou esclarecimentos juntos aos índios, um projeto para as comunidades indígenas incluídas no corredor Carajás.

pebas, um convênio a ser firmado entre a FUNAI e a CVRD para assistir os Xikrin. Devido à morosidade burocrática, o convênio, que deveria ter sido firmado no fim de 1988, foi assinado somente em 1989. Nesse período, os índios não tinham sequer munição para caçar, as pressões das madeireiras e dos kaiapós aumentavam e, em julho de 1989, apesar de todos os esforços em contrário, os líderes jovens, representando a vontade de quase todos os membros da comunidade, assinaram contrato particular com uma empresa madeireira.

Em dezembro, o então administrador da FUNAI de Marabá, informado com a atitude dos índios e das madeireiras, realizou uma fiscalização relâmpago. A FUNAI, o IBAMA e a Polícia Federal confiscaram as toras de mogno, em uma intervenção súbita que gerou malentendidos e criou um conflito entre índios e madeireiras, de um lado, e FUNAI, IBAMA e Polícia Federal, do outro. Desgostoso, o administrador regional da FUNAI pediu transferência e deixou a cidade de Marabá.

A exploração de mogno por empresas madeireiras causou uma divisão interna entre os Xikrin do Cateté. Parte da comunidade demonstrava descontentamento com a falta de controle sobre o processo desencadeado pelas lideranças que intermediavam o relacionamento com as madeireiras, reproduzindo o modelo predominante nos outros grupos Kaiapó. Apesar da insistência por parte da comunidade em manter uma interlocução crítica, em repetidas conversas formais na Casa dos Homens no centro da aldeia, o processo em direção à abertura de um espaço político real para esboçar uma alternativa ao modelo predatório não foi linear, apresentando marchas e contramarchas.

Levando em consideração o contato recente, as pressões regionais e a falta de informações precisas sobre o processo no qual vinham sendo envolvidos, pode-se afirmar que os índios conseguiram – ou ao menos tentaram – conquistar, mesmo que de forma ilusória, certa autonomia em suas decisões e sua gestão financeira. Digo de forma ilusória pois, como era de se esperar, nas relações com as madeireiras, desde a elaboração de contratos e fiscalização de saída das toras até os pagamentos e as transações comerciais, os índios acabaram sendo enganados. Do ponto de vista ambiental, o custo da exploração predatória também foi prejudicial, nas atividades de subsistência do grupo, na saúde e em sua própria organização social.

Nesse contexto, e aproveitando minha presença na área como antropóloga pesquisadora, os Xikrin solicitavam esclarecimentos sobre diversas questões de interesse imediato para a comunidade: o comércio de madeira, formas de realizar contratos, preços da madeira de lei, con-

tabilidade envolvendo bens de consumo, cubagem de madeira, poupança etc. Eles queriam instrumentos que lhes permitissem controlar seu convívio com os brancos. De certa forma, os Xikrin sempre tiveram consciência de que estavam em desvantagem nas relações e negociações com os brancos.

Entre as principais motivações que os levaram à solicitação de diálogo, pode-se citar a) a proteção contra a exploração a que são submetidos nas transações comerciais, b) impor-se ao mundo dos brancos e obter dos diversos setores da sociedade nacional um tratamento mais justo, c) realizar o intercâmbio para entender e se apropriar dos conhecimentos da sociedade envolvente. Nesse caso específico, a demanda de intervenção social foi formulada em um contexto de crise e conflitos internos, ou seja, a demanda foi motivada pela compreensão, por parte da comunidade indígena, de que existem relações sociais que não são visíveis enquanto não são reveladas por alguém externo a elas. Esse agente externo pode ser um antropólogo, um técnico agrícola, um advogado, a FUNAI ou uma instituição escolar.

Quando demos início à interlocução, não tínhamos um projeto de desenvolvimento comunitário² pré-elaborado. Sabíamos apenas de nossa responsabilidade diante do esgotamento dos recursos naturais da área indígena, do esbulho financeiro, dos conflitos internos e da demanda da comunidade. No princípio das discussões, que envolveram as lideranças Xikrin, eu mesma, como antropóloga, um engenheiro florestal e integrantes do CEDI e do NDI, os índios não tinham consciência do alcance dos danos causados pela exploração desordenada e predatória de madeira de lei em seu território. O que os deixava descontentes era o esbulho e o não-cumprimento dos compromissos financeiros por parte das madeireiras que exploravam a área e a dificuldade das lideranças em lidar com as demandas e os conflitos internos.

A questão que se apresentava era como ajudá-los a acompanhar essas transformações como atores sociais, mantendo o respeito às diferenças e especificidades culturais e mostrando-lhes a possibilidade de substituir as formas de imposição por formas de apropriação, as

² Adoto o termo “comunitário” para sublinhar o objetivo de trabalhar na direção de um desenvolvimento voltado para as estruturas sociais, interesses e valores de uma comunidade. Outros autores utilizam termos como “alternativo”, “apropriado”, “integral”, “sustentável” e “etnodesenvolvimento”.

formas predatórias de exploração dos recursos florestais por formas planejadas e as formas ilegais pela conquista de seus direitos. Passamos então a desenvolver com eles os seguintes temas:

- ♦ Discutimos os valores das espécies madeireiras. Foi contratado um engenheiro florestal para assessorar a comunidade Xikrin do Cateté em relação aos danos financeiros causados pela extração de mogno na área indígena, assim como para realizar um levantamento dos preços do mogno no mercado nacional e internacional.
- ♦ Trabalhamos o significado de terras demarcadas e suas limitantes. Se no passado o manejo dos recursos naturais tanto da fauna quanto da flora por populações tradicionais não era um fator limitante, atualmente o confinamento, a transformação e o desmatamento regional nas áreas adjacentes à reserva, o aumento demográfico e as mudanças nas necessidades básicas da comunidade se tornaram fatores problemáticos.
- ♦ Conversamos com os Xikrin sobre as mudanças, fazendo das experiências vividas um poderoso instrumento de reflexão. Prestamos especial atenção às rupturas, às contradições, aos aspectos inexplicáveis, às múltiplas perspectivas sobre os fatos. Estávamos abertos para transformar nossas práticas e sabíamos que, para responder às questões da sociedade com a qual trabalhávamos, era necessária uma ação/reflexão conjunta e contínua.
- ♦ Explicitamos o desempenho dos diferentes agentes sociais no contexto da sociedade Xikrin. Cada representante da sociedade envolvente, seja ele a FUNAI, a Companhia Vale do Rio Doce, os garimpeiros, os madeireiros, os antropólogos, as ONG's ou os advogados, tem uma proposta para os índios atrelada a um jogo de interesses.
- ♦ Falamos das diferentes visões do conceito e da utilização da natureza pelos diversos agentes sociais. Mostramos, por um lado, a postura radical de muitos ambientalistas e indigenistas no entendimento preservacionista que defendem em relação ao direito de usufruto dos recursos naturais pelas sociedades indígenas e, por outro, o radicalismo nas formas de exploração das empresas madeireiras da região. Conversamos sobre as formas de exploração, quem perde e quem se beneficia com essas atividades, qual o valor dos recursos naturais e quais os danos ambientais, sociais e sanitários para aqueles que são os verdadeiros donos da terra.
- ♦ Trabalhamos com os índios o reconhecimento de suas responsabilidades. Os Xikrin tiveram de fazer uma opção, escolher o

caminho a seguir, ou seja, estar do lado do sistema predatório e ilegal ou construir uma nova proposta. Sabendo de todas as dificuldades internas e externas que enfrentariam, tiveram de se posicionar para conquistar a credibilidade das ONG's e o apoio das instituições governamentais e financiadoras.

- ♦ Esclarecemos que não tínhamos receitas prontas para um projeto econômico alternativo. Sabíamos, pela experiência em outros países, que podíamos construir uma forma de manejar os recursos madeireiros e não madeireiros de forma não predatória, mas não tínhamos os meios de atingir esse objetivo, ou seja, não havia experiência desse tipo no Brasil, muito menos em áreas indígenas. A construção dos meios era uma experiência nova tanto para nós, profissionais da área social, ambiental e jurídica, quanto para os índios.

Mas as ações não se limitaram a reuniões e discussões. Estas ocorriam enquanto se operacionalizavam recursos financeiros, estudos e propostas para a construção de um projeto econômico alternativo. Entre as ações mais importantes, pode-se citar as seguintes.

Aquisição de recursos financeiros

Para a obtenção de recursos financeiros, o ISA vem, desde 1991, apresentando propostas em diferentes instituições financeiras, tornando-se possível o êxito do projeto por meio da continuidade dos trabalhos desenvolvidos na área e do apoio institucional para o gerenciamento do Projeto Xikrin. Entre os anos de 1992 e 1999, houve pré-investimentos importantes por parte de órgãos financiadores, tais como:

- ♦ Fundo Nacional do Meio Ambiente (inventário preliminar da terra indígena, avaliação dos impactos ambientais decorrentes da ação predatória da extração ilegal na área e estudo de viabilidade econômica para a comercialização da castanha-do-pará);
- ♦ Fundação Ford do Brasil (principalmente o trabalho dos laboratórios cartográfico e jurídico e estudos e elaboração do plano de negócios para o empreendimento florestal madeireiro na Terra Xikrin);
- ♦ FAFO (financiou o trabalho de coordenação no ISA e mobilização e interlocução com a comunidade Xikrin, apoiando a constituição da Associação Bep-Nói);
- ♦ PDA – PPG7 (diagnósticos ambientais e sociais necessários para a elaboração do zoneamento socioambiental da terra indígena).

A proposta, formulada e apresentada pelo Instituto Socioambiental ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Projeto Demonstrativo Categoria A (PD/A), teve como objetivo o fortalecimento dos índios Xikrin na gestão de seu território por meio da continuidade e do aprimoramento das ações de a) diagnóstico socioambiental e zoneamento do território, b) elaboração do censo e Plano de Manejo do primeiro compartimento de extração madeireira, c) implantação do projeto de processamento e comercialização de castanha-do-pará e d) assessoria jurídica, política e administrativa à Associação Bep-Nóí de Defesa dos Direitos dos Índios Xikrin.

Em 1999, o empreendimento florestal contou, por meio da Companhia Vale do Rio Doce, com um investimento a fundo perdido oferecido pela associação Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento / Banco Mundial, agente administrador dos fundos concessionais oferecidos pelo Governo do Japão. Os investimentos foram direcionados para a contratação de serviços do Instituto Socioambiental na coordenação da implantação do empreendimento e de todas as atividades dele decorrentes, como o programa de manejo – inventário florestal em área de vinte mil hectares e censo em unidades de exploração para o ano de 2001 –, *marketing*, curso para exploração de baixo impacto, estudo de pesquisas florestais e certificação florestal.

A execução do projeto durante os próximos três anos contará com o apoio financeiro do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (ProManejo), Componente Iniciativas Promissoras.

Assessoria técnica nas áreas social, jurídica, administrativa, econômica, de engenharia florestal e de cartografia

Na área social

- ♦ Interlocução e mediação qualificada da antropóloga com os Xikrin e com as diferentes instituições envolvidas no processo.
- ♦ Assessoria na constituição da Associação Bep-Nóí.

Na área jurídica

- ♦ Proposta e acompanhamento da Ação Civil Pública contra os danos causados por atividades ilegais de madeiras na área indígena Xikrin.
- ♦ Realização de reuniões com a assessoria jurídica do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente para tratar dos aspectos jurídicos relacionados à implementação do Plano de Manejo, principalmente no que diz respeito ao atendimento de todas as exigências da

legislação ambiental e indigenista. Estava em jogo a revisão dos instrumentos disponíveis na legislação para autorizar o corte e a venda da madeira de terras indígenas.

- ♦ Proposta e acompanhamento das discussões sobre a autorização da execução do manejo florestal em área indígena em caráter experimental. O projeto dispõe de todas as licenças necessárias, concedidas pelo IBAMA, e tem como principais fundamentos legais o direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais, assegurado aos índios pelo artigo 231 da Constituição, e a Medida Provisória n. 1.956-50, que reformulou o Código Florestal (Lei n. 4.771/65), prevendo a possibilidade de manejo sustentável dos recursos naturais das florestas situadas em terras indígenas.
- ♦ Assessoria na elaboração dos contratos assinados entre o ISA e a Companhia Vale do Rio Doce e prestadores de serviços para conduzir as atividades necessárias à implantação do Plano de Manejo. Assessoria na elaboração do contrato para empréstimo de capital de giro firmado entre a CVRD e a Associação Bep-Nói e entre esta e a empresa madeireira parceira nas atividades de exploração, transporte, beneficiamento e comercialização da madeira. No que diz respeito ao empreendimento florestal Xikrin, o ISA entra como interventor em todos os contratos firmados pela ABN.
- ♦ Elaboração dos termos de fidedignidade (confiabilidade das informações fornecidas para realizar os serviços prestados) para serem assinados pelos técnicos que executarão os serviços requeridos na implantação do Plano de Manejo Xikrin.

Na área administrativa

- ♦ Apoio na área financeira e contábil da Associação Bep-Nói.
- ♦ Apoio na capacitação administrativa da Associação Bep-Nói.

Na área econômica

- ♦ Estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento florestal para os produtos madeireiros e da castanha-do-pará.
- ♦ Estudo de mercado das diversas espécies de madeira oriundas do manejo florestal.
- ♦ Definição do capital de giro.
- ♦ Definição de parceiros locais para exploração, transporte, beneficiamento e comercialização da madeira.
- ♦ Certificação florestal e da cadeia de custódia (FSC).

- ♦ Apoio na comercialização por meio da definição dos possíveis compradores.

Na área de engenharia florestal

- ♦ Avaliação dos danos ambientais causados pelas ações predatórias dos madeireiros.
- ♦ Diagnóstico florestal.
- ♦ Inventário florestal para produção madeireira e de castanha-do-pará.
- ♦ Estudos de pedologia e geomorfologia.
- ♦ Zoneamento da terra indígena.
- ♦ Censo florestal.
- ♦ Elaboração do Plano de Manejo Florestal.
- ♦ Elaboração do Plano de Exploração Madeireira do primeiro compartimento.
- ♦ Encaminhamento dos requerimentos para a autorização de exploração concedida pelo IBAMA.
- ♦ Treinamento na exploração de baixo impacto (abertura de ramais, corte e arraste de madeira).
- ♦ Pesquisa de regeneração da espécie mogno na área de manejo.

Na área de cartografia

- ♦ Aquisição e análise da imagem satélite de 1992 e 1998 para o Projeto Xikrin.
- ♦ Elaboração dos mapas de hidrografia, relevo, pedologia e geomorfologia.
- ♦ Plotagem dos castanhais e das unidades de inventário florestal.
- ♦ Interpretação visual da situação das estradas que cortam a TI Xikrin do Cateté, para subsidiar os trabalhos de campo no momento da exploração da madeira e na definição de uma nova estrada que ligará as aldeias, e projeto de manejo da PA 279.
- ♦ Elaboração dos mapas de zoneamento da terra indígena. A partir dos dados de campo, foi feito o cruzamento dos temas solo, geomorfologia, cobertura florestal, ocupação e utilização antrópica e potencial de produção madeireira, produzindo um mapa com cinco classes de zoneamento: zona de proteção, zona de reabilitação, zona de subsistência e uso comunitário, zona de uso comercial e zona de proteção especial.
- ♦ Mapas das unidades de exploração, com a identificação de todas as espécies madeireiras levantadas e plaqueadas durante o

censo, as parcelas permanentes, as estradas de acesso e carreadores e os pátios para depósito das toras.

Em relação à metodologia de trabalho desenvolvida a partir de nossa experiência entre os Xikrin, os fatores mais importantes são: a interlocução permanente com os índios Xikrin; a qualidade e a constância da intervenção social e institucional; a construção de um sonho comum entre a comunidade indígena e a sociedade envolvente e a capacidade de encontrar os meios de atingir esse sonho; a resistência às dificuldades; a construção de alianças entre pessoas, grupos e instituições com objetivos comuns; a criação de condições que garantissem a interlocução entre os Xikrin e as autoridades regionais e de Brasília para a discussão e o encaminhamento do Plano de Manejo em área indígena; a criação do projeto de manejo florestal como alternativa ao modelo predatório regional e a capacidade propositiva no âmbito das políticas públicas.

E também: o desenvolvimento da educação ambiental; os encontros de caráter eminentemente pedagógico, que tiveram papel fundamental para que os índios compreendessem e atuassem em uma nova perspectiva de trabalho, não apoiada na dilapidação de seus recursos naturais; as reuniões preparatórias e explicativas, que permitiram aos índios participar de forma ativa e consciente nos trabalhos realizados por diferentes profissionais dentro das terras indígenas; a consciência política e jurídica sobre os direitos indígenas de gerir e utilizar os recursos naturais de suas terras; o controle da sociedade indígena em relação a suas lideranças; o fortalecimento social da comunidade indígena como ferramenta de controle e intervenção no Convênio Xikrin/CVRD/FUNAI; a busca de apoio interinstitucional ou de novas parcerias; a participação dos índios nas decisões, nas dificuldades e nos encaminhamentos técnicos, políticos, jurídicos, administrativos e financeiros relacionados a todas as etapas do projeto; a participação das atividades de campo para diagnóstico florestal e definição das diferentes zonas de manejo tradicional e comercial de seu território; visitas a outros projetos comunitários para discutir *in loco* os sucessos e as dificuldades na implantação de empreendimentos florestais comunitários; a formulação mais adequada de gerenciamento do projeto em função da organização social tradicional da sociedade Xikrin; a constância na avaliação conjunta das atividades do projeto; a institucionalização, pelos Xikrin e pelo ISA, do projeto de manejo florestal.

Antes de entrar nas questões específicas da dimensão educativa do projeto, abro um parêntese para comentar a análise, realizada por Jean-Pierre Olivier de Sardan, do método de avaliação da difusão ou apropriação de elementos inovadores por uma comunidade. Essa metodologia tem importância no âmbito da ação educativa³ e do desenvolvimento comunitário em situação de fronteira ou de contato interétnico. É importante citar esses princípios de avaliação como instrumento de análise da atuação dos agentes da mudança ou da inovação. O autor apresenta a pesquisa de avaliação nos seguintes termos:

Aceitação: experimentar não é adotar, e é a adoção de uma inovação que conta. Aceitar uma inovação tem o sentido de torná-la sua, apropriar-se dela, pondo em jogo processos de identificação, interiorização e interpretação.

Tempo: fator fundamental. Do ponto de vista diacrônico, a adoção é um processo temporal. Em um primeiro momento, há a adoção da proposta pelos indivíduos pioneiros, seguida pelos inovadores, pela maioria precoce, pela maioria tardia e pelos retardatários. O significado da inovação pode mudar à medida que ela se difunde.

Especificidade: há propriedades específicas a cada inovação que determinam ou influenciam sua difusão: a) a vantagem relativa trazida pela inovação em relação àquilo que ela pretende substituir; b) sua compatibilidade em relação aos sistemas preexistentes; c) sua complexidade aparente; d) a possibilidade de ser observável em outro local; e) sua capacidade de comunicação; f) os riscos relacionados; e g) sua capacidade de suscitar adesões.

Indivíduos: grupos ou outras unidades de adoção. Aqui apresenta-se o problema da unidade de adoção considerada: falamos de adoção por indivíduos ou grupos (corporativos ou instituições)? Tratamos com conjuntos abstratos ou construções conceituais?

De todas as questões surgidas ao longo do desenvolvimento do projeto de manejo socioambiental passíveis de reflexão em sua dimensão educativa, adoto, neste artigo, aquelas que possuem alguma semelhança funcional, operacional e de princípios entre um projeto de ação educativa com sociedades indígenas e projetos de desenvolvimento comunitário.

³ Adoto o termo “ação educativa” no sentido de um trabalho de “educação para os índios”, ou seja, decorrente da situação de contato, e que é diferente dos processos tradicionais de “educação indígena”. A esse respeito, ver “Por que discutir hoje a educação indígena” (Lopes da Silva 1981).

A gestão indígena

A gestão parece ser o ponto nevrálgico de todo projeto de desenvolvimento comunitário, principalmente no caso de sociedades ágrafas e monolíngües. Abordarei uma questão apenas aparentemente simples, concernente à língua, à alfabetização e à comunicação. Não há possibilidade de gestão, autonomia ou determinação em situações de fronteira sem que haja comunicação entre as partes. A meu ver, a alfabetização e o domínio da língua portuguesa são essenciais para os povos que queiram manter a capacidade de gestão de seus projetos ou de estabelecer trocas econômicas com a sociedade envolvente sem contar com agentes mediadores. Mais que isso, acredito ser essencial deter o conhecimento e o domínio oral da língua portuguesa, uma vez que a compreensão passa obrigatoriamente pelo domínio das conversas informais e das relações interindividuais. Assim, um projeto de desenvolvimento comunitário deve inevitavelmente ter um componente de alfabetização na língua da sociedade envolvente, posto que a qualidade da informação adquirida ou da compreensão dos fatos e a exposição de vontades e direitos estão diretamente relacionadas ao maior ou menor domínio da língua.

No caso dos Xikrin, sempre me vi na posição de mediadora, a começar pelo papel de intérprete. Durante muito tempo, tive de me preocupar com a qualidade da tradução e, durante o processo, vivi a angustiante situação da autonomia com mediação. Meu constante questionamento sobre o domínio oral da língua portuguesa pelos Xikrin os incentivou ao aprendizado.

O problema da tradução não é léxica, mas de transmissão da mensagem, sendo necessário dominar e confrontar dois sistemas de significações. Para que uma gestão indígena ocorra, é necessário que os índios também aprendam o mecanismo de mediação, de confrontação de conhecimentos, costumes e valores. Eles devem aprender a não aceitar sem questionamento o que lhes é apresentado. Logo no início do projeto, os Xikrin me disseram: “Você tem de falar como deve fazer para a gente aprender. A gente sabe das nossas coisas, a gente não sabe das coisas de vocês. Você explica, a gente escuta, conversa e vê se é bom para nós”. Quando falamos de gestão indígena em situações de contato, falamos de liberdade de escolha e decisões.

Há diferença entre “formação” e “capacitação”. De modo geral, pode-se dizer que, durante esses últimos dez anos, desenvolvemos entre os Xikrin um processo de formação, entendido como um trabalho voltado para a dimensão da consciência crítica e para a produção do conhecimento teórico sobre a realidade. O que ocorreu, portanto, foi

a identificação dos problemas e de suas causas. A partir da análise da situação, os Xikrin conseguiram se apropriar dos conhecimentos, controlar e fortalecer sua organização social para as ações exteriores à sua sociedade e, por meio da experiência com as questões políticas, jurídicas e burocráticas da sociedade envolvente, demandar soluções concretas. A formação preparou os Xikrin para entender e analisar a realidade e agir sobre ela de forma autônoma e singular. A capacitação, relacionada com certas habilidades práticas e técnicas necessárias para executar uma atividade ou função, só agora ocorre entre os Xikrin, e somente em algumas atividades da área administrativa e de manejo florestal.

O ponto-chave da gestão indígena está no âmbito mais da formação que da capacitação, uma vez que a essência e a apropriação dos conhecimentos necessários para a tomada de decisões residem na formação adequada.

Identidade própria e mudança social: até onde os índios querem ir
Qual a medida certa? Concordo com autores como Edgar Morin e Milton Greco quando argumentam que todo conhecimento tem recorrências psicológicas, biológicas, químicas e físicas, em um processo integrado e de inter-relação entre seus componentes, sem que se definam de maneira significativa os limites de cada relação e transformação. Quando alguém começa a percorrer o caminho dessas inter-relações, surpreende-se envolvido em um processo em espiral de complexidade crescente, no qual o saber perde seus limites, pois parece tender ao infinito. Nesse sentido, temos de tratar dos limites do conhecimento nos tempos atuais e os critérios para essa limitação, tentando relacionar o conhecimento à problemática significativa, à sobrevivência no sentido amplo.

A vida, com suas exigências reais, físicas, mentais, sociais e espirituais, deve servir de parâmetro para que se estabeleçam limites para a infinitude da espiral do conhecimento. Além disso, é essencial possuir uma visão sistêmica ou ecológica da realidade. Nos programas educacionais, o importante é o princípio relacional dos diversos conhecimentos, e não apenas seus aspectos técnicos e científicos. O engenheiro florestal aprende com os índios e os índios com o engenheiro florestal. Está criada, assim, uma situação em que cada um mantém o respeito pela área de conhecimento do outro, sabendo que pode ter acesso a ela para colaborar, sem receio de ser considerado invasor ou aventureiro. Essa visão é essencial para os trabalhos que desenvolvemos.

Além disso, ao tratar de desenvolvimento comunitário, devemos indagar os limites de atuação da sociedade indígena. É preciso saber até

onde a sociedade quer ir na mudança, na capacitação, na autonomia e no controle das atividades de desenvolvimento. Em quais momentos ela quer ter a capacidade de atuar sozinha e em quais ela quer ser formada para somente entender a necessidade de certas atividades e buscar parcerias. Em suma, como essa sociedade enxerga os limites da mudança para que possa permanecer minimamente a mesma.

Não abordo aqui o tamanho do empreendimento, mas sim as diferentes formas de inserção dos índios nas atividades do empreendimento. Um empreendimento florestal para a comercialização de madeira pode, como no caso dos índios de Oaxaca, no México, ser totalmente executado pelos índios, ao passo que o mesmo empreendimento entre os Xikrin, por decisão deles, pode ser executado por meio de uma parceria entre a comunidade e uma empresa madeireira local. A questão não está na capacitação dada aos índios, e sim na opção feita pelas duas sociedades, o que não significa que, no futuro, a situação não possa ser invertida.

Organização tradicional e associações indígenas

A criação de associações indígenas, por mais espontâneas que sejam, é algo imposto à sociedade, com função nitidamente pragmática. Por meio dessa instituição, as comunidades indígenas são reconhecidas como tendo capacidade jurídica de gerenciamento de relações contratuais advindas de financiamentos, de elaboração de contratos comerciais ou de responsabilidade diante de acordos interinstitucionais. Ao discutir e negociar a formação de uma instituição pragmática entre os índios Xikrin, vários problemas se apresentaram.

Quem representa a sociedade Xikrin na associação? Os membros devem ser indivíduos alfabetizados e com domínio em contabilidade? Seria a associação formada por uma unidade abstrata, por assembléias e votos representativos nos moldes da democracia ocidental, ou por uma unidade conceitual em que prevaleceria a organização tradicional do grupo? Até que ponto uma associação não tenderia a se distanciar da organização social, política e de trabalho da sociedade Xikrin? Quais os cuidados para impedir que uma associação com caráter meramente pragmático se torne uma instituição de poder paralelo e conflitante com os interesses tradicionais da sociedade? Se as sociedades indígenas têm reconhecidas suas formas próprias de organização, por que não representá-las na associação? Aliás, por que necessitam de associação se já possuem formas próprias de organização? Até onde se poderia fazer uso dos conhecimentos antropológicos sobre uma sociedade in-

dígena para ajudá-la a constituir uma associação representativa? Como superar os interesses pessoais em favor dos interesses coletivos? Como definir a divisão de trabalho e a administração dos recursos advindos de projetos econômicos?

Foram dois anos de discussões. O que mais me deslumbrou foi a flagrante capacidade dos Xikrin de observar e questionar as injustiças internas e externas, dimensionar e negociar as necessidades individuais e coletivas, discutir durante dias sobre o mesmo assunto, pesquisar e ouvir várias opiniões até que tudo ficasse esclarecido, até que estivessem convencidos e houvesse unanimidade.

Durante toda a discussão sobre a criação da associação, os Xikrin tiveram assessoria antropológica. O tempo de amadurecimento da questão permitiu que eles criassem uma associação indígena respeitando suas instituições tradicionais, ou seja, o estatuto dessa associação, amplamente discutido pela comunidade, respeita sua complexa organização social, contemplando a hierarquia por chefias, as divisões por categorias de idade e o dualismo complementar entre os gêneros. Assim, os Xikrin perceberam que, além do conhecimento e do domínio da língua oral da sociedade envolvente, a melhor forma de conquistar seus direitos e gerenciar seus projetos reside na capacidade tradicional de mobilização, negociação, defesa e resistência e em seus processos próprios de interpretação, apropriação e administração de conflitos.

Dentro da lógica de Martins, pode-se afirmar que a ação educativa e o desenvolvimento comunitário criam uma nova fronteira. Ainda que Dumont (1983, p. 276) sustente que “se os defensores da diferença reclamam para ela, ao mesmo tempo, igualdade e reconhecimento, eles estão reclamando o impossível”, o que muitos de nós, agentes da mudança, buscamos criar é:

uma comunidade política viável, ou seja, guiada pelo tríplice princípio de liberdade, diferença e solidariedade. Os primeiros dois elementos têm muitos aliados abertos e encobertos, mas a solidariedade só é possível com intervenção política. É fácil demais abusar do princípio da solidariedade. Não é fácil, e é talvez impossível, declarar confiantemente onde a exigência da solidariedade com a diferença acaba e onde a conivência com a opressão começa. Como em toda política de princípios, também a política da comunidade viável se arrisca bastante a desafiar seus princípios. A esse respeito, sua única vantagem sobre outras modalidades de política é que ela é toda consciente de tal perigo e, desse modo, inclinada a acompanhar cuidadosamente suas realizações. Acima de tudo,

harmoniza-se com a ausência de soluções perfeitas e estratégias garantidas, com o infinito das suas próprias tarefas e com a provável inconclusividade de seus esforços: é talvez essa a proteção mais acessível contra a armadilha em que as tentativas da política moderna na construção da comunidade se acostumaram a cair tão freqüentemente – a de promover a opressão sob o disfarce da emancipação (Bauman 1998).

Qual o papel da antropologia?

Para contribuir no debate sobre as bases para uma nova política indigenista, e após apresentar um panorama geral do projeto de manejo socioambiental na área indígena Xikrin do Cateté, pretendo trazer à tona as questões que se deve ter em vista quando se realiza antropologia aplicada ou se reflete sobre a antropologia do desenvolvimento.

A primeira questão é o problema do desenvolvimento em si. Como afirmou Rodolfo Stavenhagen, a palavra desenvolvimento é, por si mesma, preta de intensas implicações de valor e, no entanto, até hoje ninguém parece ter encontrado uma substituição adequada. “Desenvolvimento” (entre aspas, denotando, segundo Dominique Perrot, certo distanciamento crítico ou uma forma de sublinhar seu ceticismo em relação à própria noção de desenvolvimento ou das práticas por ela legitimadas) significa mudança, evolução, crescimento, metamorfose. Mas desenvolvimento de onde para onde, de que para quê? De pequeno para grande, de atrasado para adiantado, de simples a complexo, de jovem a velho, de estático a dinâmico, de tradicional a moderno, de pobre a rico, de inferior a superior? Embora as questões sejam muitas e complexas, aceitamos o termo como instrumento de trabalho das ciências sociais, realizamos estudos de desenvolvimento e até praticamos desenvolvimento como economistas e sociólogos do desenvolvimento ou planejadores e agentes de desenvolvimento.

Segundo Perrot, podemos afirmar, sem cair em contradição, que a história recente dos povos tradicionais é a luta constante ao mesmo tempo “pelo” e “contra” o desenvolvimento: de forma geral, o desenvolvimento é tanto o problema quanto a solução. Em sua reflexão sobre antropologia e desenvolvimento, Sardan (1998) prefere definir desenvolvimento em uma perspectiva fundamentalmente metodológica, como o “conjunto de processos sociais induzidos por operações de transformação do meio social, desempenhados por instituições ou atores exteriores a esse meio, mas que procuram mobilizar esse meio”.

Para o autor, devemos evitar o eterno debate sobre desenvolvimento e crescimento, sobre o “verdadeiro desenvolvimento”, se ele é um fim, uma utopia, um bem, um mal, se anda ou não anda, se é positivo ou não, interessado ou desinteressado, pois o que interessa é que existe um conjunto de práticas sociais que essa palavra designa .

A antropologia continua, assim como definiu Marc Augé (1972), a tratar da questão do outro, mantendo sua característica imediatista de “aqui e agora”. Mas quem é esse outro? Ele não parece ser mais aquele que habitou os cadernos de campo de Malinosvki, o *Tristes trópicos* de Lévi-Strauss e tantos outros. O fato é que uma nova alteridade alimenta a curiosidade dos antigos antropólogos, perturba o sono dos novos técnicos sociais e economicistas. Ela não se identifica mais com pessoas, grupos, objetos, costumes diferentes, mas antes extrapola o campo da objetividade para entrar no da relação. “O desenvolvimento como relação” é cada vez mais o objeto de estudo e a ferramenta da antropologia aplicada, e supõe necessariamente as situações conflituosas.

Para finalizar, retomarei alguns “fatos do desenvolvimento” tratados por Sardan que influenciam diretamente o olhar do antropólogo. Os processos de mudança social e desenvolvimento necessariamente põem em relação normas, configurações do saber e das representações, sistemas de ação, estratégias e lógicas sociais heterogêneas. Na antropologia clássica, os objetos de pesquisa não parecem estar nessa confluência ou, mais precisamente, a antropologia clássica escolhe objetos que evidenciam valores como permanência, homogeneidade e coerência. Esse confronto de elementos heterogêneos, divergentes, desiguais e contraditórios está no cerne da antropologia do desenvolvimento, que é necessariamente uma antropologia do sincretismo: é a interação complexa desses elementos heterogêneos que forma seu objeto próprio.

Assim, a antropologia do desenvolvimento deve se interessar pelas “comunidades locais” e pelos dispositivos de intervenção, pelos mediadores, pelos agentes externos. Intervêm em sua análise fenômenos de confrontação, negociação, rejeição, acomodação e subversão, relações de poder, compromissos e transações. Que esses fenômenos sejam apreendidos no nível cognitivo, econômico, político ou simbólico pouco importa: eles se impõem nos enunciados da antropologia do desenvolvimento e estão ausentes na antropologia clássica.

Os processos de mudança social e desenvolvimento mobilizam estruturas “intermediárias”, “informais”, “transversais”, tais como rede de relações, afinidade, sociabilidade local e família. A antropologia clássica, ao tratar do poder, do parentesco e da religião, tratou pouco dos

dispositivos sociais ambivalentes, ajustáveis e que se intercalam entre os atores e a ordem estabelecida. Esses processos são diacrônicos por definição, e essa dimensão é muitas vezes esquecida pela antropologia clássica (funcionalismo, culturalismo, estruturalismo, simbolismo).

Assim, situam-se entre a antropologia e a sociologia “macro”, de um lado, e a etnografia “micro”, do outro. A mudança social e o desenvolvimento põem em evidência forças externas e autonomia, assim como a capacidade de iniciativa e de resistência dos indivíduos e dos grupos locais. Nesse caso, a antropologia clássica tende a privilegiar a autonomia dos sistemas culturais, obstruindo tanto os efeitos dos contextos mais amplos quanto a criatividade dos atores sociais.

Contudo esses pontos, que fornecem o objeto da antropologia do desenvolvimento, só têm sentido se estiverem situados no interior da antropologia. A antropologia do desenvolvimento é pioneira e ao mesmo tempo herdeira da antropologia clássica, pois possui aspectos já sedimentados por esta: religiosos, econômicos, políticos e simbólicos.

Antropologia do desenvolvimento e antropologia da religião

O campo da antropologia da religião, em que prosperou uma etnologia patrimonialista (esforços para estudar os fenômenos religiosos, rituais, coerência dos valores e das construções míticas “indígenas”, descartando as mutações históricas e as interações entre os fatos religiosos e sociais), foi também o lugar em que a antropologia da mudança se manifestou com maior força. As mudanças religiosas foram palco de inúmeros trabalhos, pesquisas e obras antropológicas, parecendo ser uma das fontes inspiradoras da antropologia do desenvolvimento por meio dos empreendimentos religiosos (ação voluntarista exterior, com filiação ou conversão espontânea ou não dos agentes internos), do surgimento de novos cultos e movimentos proféticos e das transformações dos sistemas mágico-religiosos.

Antropologia do desenvolvimento e antropologia econômica

A antropologia econômica proporcionou várias contribuições que o modismo não deve descartar, entre elas a interrogação aberta sobre a articulação entre economia e sociedade, que, nos trabalhos de Polanyi (1944), enfatiza as normas sociais e culturais que pesam sobre o comportamento econômico; a análise sobre a racionalidade camponesa, que privilegiou as pesquisas sobre a lógica das técnicas e da economia; e, por fim, a abordagem marxista, que realizou o inventário das classes sociais e articulou relações e modos de produção.

Antropologia do desenvolvimento e antropologia política

A antropologia política clássica privilegiou as formas visíveis do poder e as estruturas políticas tradicionais em sua estabilidade, acumulando um saber precioso sobre os sistemas de clientelismo, as relações de autoridade e gênero, as interações entre poder e sobrenatural, as transformações das estruturas políticas pré-coloniais, as relações de força presentes nas linhagens e as estratégias de alianças, cujo conhecimento é essencial para entender como uma ação de desenvolvimento se insere no jogo político local.

Antropologia do desenvolvimento e antropologia simbólica

A antropologia do desenvolvimento parece ser também uma antropologia das representações. Deve-se dar importância central às representações “êmicas”, aos “modos de pensar indígenas” e aos “modos de vida local”, e esse é o ponto central que deve ser extraído da pesquisa sobre os processos de mudança, ou seja, para compreender e interpretar, deve-se buscar saber como esses processos são pensados e vividos pelos atores.

Embora devam ser dinamizadas e diacronizadas, as diversas tradições antropológicas são indispensáveis como ferramenta da antropologia aplicada ou da atuação indigenista. Em antropologia, tratamos constantemente do questionamento cultural e social causado pela dinâmica do conhecimento e pela extensão da escala das relações sociais. A noção de participação é indispensável quando se trata de desenvolvimento comunitário e, assim, pressupostos como a “cultura apropriada” descrita por Bonfil Batalla, o “conhecimento” tratado por Barth e a “interlocução” de Roberto Cardoso de Oliveira são fundamentais. Como disse Linton (1952), “mais que de melhores métodos de produção, mais até que de uma distribuição mais equitativa de seus resultados, o mundo moderno precisa de uma série de idéias